

Política Externa Venezuelana: Chávez e o “Puntofijismo”, divergências e paralelismos

Venezuelan foreign policy: Chavez and the “Puntofijismo”, divergences and parallelisms

ERIKA MARIA MEDINA BARRANTES¹

Resumo: Nos últimos anos a Venezuela tem experimentado grandes e profundas transformações dentro de sua estrutura política, mais especificamente na condução de sua política externa. O triunfo de Chávez muda o paradigma tradicional da política venezuelana, observando-se uma mudança radical ao comparar com o “Puntofijismo”, também conhecido como sistema de conciliação de elites (estabelecido entre os principais partidos políticos depois de 1958), e a “Revolução Bolivariana” ou Socialismo do Século XXI. Este artigo pretende analisar de forma aprofundada ambos os processos a partir de uma revisão das políticas implementadas nesses momentos históricos, avaliando os fatos marcantes na política externa e fazendo paralelismos entre eles. Com base nisso pode-se concluir que apresentam ideias em comum mesmo quando foram colocados como processos antagônicos. Considera-se que esta avaliação é fundamental para a compreensão da atual situação política, econômica e social venezuelana.

Palavras-chaves: Venezuela, Política Externa, Hugo Chavez, Socialismo, Puntofijismo, Romulo Betancourt.

Abstract: In the last years Venezuela has experimented big and profound transformations inside their political structure, more specifically in the conduction of its foreign policy. Chavez triumph changes the traditional paradigm of Venezuelan politics, pointing out a radical change between the “Puntofijismo”, also known as the system of elite conciliation (establish among the principal political parties after 1958) and the “Bolivarian revolution” or Socialism of the twenty first century. This article intends to examine both processes through an evaluation of the policies implemented in these historical moments, taking into account the relevant facts of their foreign policies and establishing parallelisms between them. These analysis lead to the conclusion that these political structures presented common ideas, even though they were pointed out as antagonistic processes. The assessments of these policies are fundamental for the comprehension of the contemporary political, economic and social conjuncture.

Keywords: Venezuela, foreign policy, Hugo Chavez, Socialism, Puntofijismo, Romulo Betancourt.

¹ Doutoranda em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Bolsista PEC-PG. Endereço para correspondência: Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, s/n travessas 4 e 5, Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil - CEP: 05508020. E-mail: emjambmm@gmail.com

Recebido em 07 de maio de 2013
Received on May 7, 2013

Aceito em 16 de junho de 2013
Accepted on June 16, 2013

DOI 10.12957/rmi.2013.8371

Historicamente os assuntos exteriores têm tido um papel muito importante na vida republicana da Venezuela. A política exterior foi e é uma alavanca fundamental para procurar a estabilidade política interna, assim como para lograr o reconhecimento da comunidade internacional. Para a compreensão do caso Venezuelano serão analisados os fatos políticos que definiram o processo venezuelano a nível interno, já que o país tem tido momentos graves de convulsão política e social. Considera-se importante avaliar a influência destes fatos políticos nas mudanças da política externa e na reconfiguração da América Latina, devido ao surgimento de polarização política que evoluiu da polarização social na região (Esteban e Ray, 1994), como reflexo das mudanças internas.

Nos últimos anos a Venezuela tem experimentado grandes e profundas transformações dentro de sua estrutura política, mais especificamente na condução de sua política externa. A última ditadura que atravessou o país foi a de Marcos Perez-Jimenez, em 1958. Posteriormente se instaurou um sistema de conciliação de elites ou a democracia pactuada entre os principais partidos políticos da Venezuela – AD, COPEI e URD – deixando de fora os movimentos de esquerda até a década de 1970, quando no governo de Rafael Caldera foi proporcionada a anistia aos grupos armados revolucionários; que receberam um estatuto legal. O triunfo de Chávez mudou o paradigma tradicional da política venezuelana, observando-se uma mudança radical.

Durante este período de 40 anos, a política externa referia-se à aplicação de estratégias até certo ponto similares em matérias de integração, de cooperação regional, de relações bilaterais e multilaterais. Podemos definir este período a partir de quatro tendências: duas em matéria política, que seriam os grupos “conservadores” e “progressistas” e duas em matéria econômica, que seriam os “ortodoxos” e “heterodoxos” (Ruiz e Saraiva, 2008).

As diversas vertentes políticas (bem como as econômicas) debateram de forma constante o modelo que devia ser implementado pela Venezuela; os progressistas propunham a utilização do petróleo como ferramenta para a diversificação da política externa venezuelana, procurando uma independência dos Estados Unidos; já os conservadores queriam manter o modelo, que podemos definir até certo ponto, de

dependência dos Estados Unidos. Na vertente econômica, os “heterodoxos” viam a integração regional como ferramenta para o progresso a partir da intervenção do estado na implementação de políticas que visassem à diminuição das assimetrias e a utilização das ideias “cepalinas”; os “ortodoxos” não apoiavam a integração regional, preferindo os sócios extrarregionais tradicionais, baseados na ótica do regionalismo aberto.

Um dos governos que podemos chamar de progressista foi o de Carlos Andrés Perez, que possuía uma política externa ativa e tentou difundir a ideia do terceiro-mundismo e dos movimentos dos não-alinhados com a injeção de recursos provenientes do petróleo. O governo de Luís Herrera Campins também incentivou uma política externa ativa, principalmente por iniciativas de pacificação na América Central com a inauguração do Grupo Contadora, ao passo que os governos subsequentes não tiveram uma atuação internacional forte, devido à ocorrência de graves problemas internos pelos quais atravessava o país.

Desde 1958, como aponta Briceño, a política externa venezuelana é caracterizada pela condição de país “ocidental democrático e petrolero” (Ruiz; Saraiva, 2010). Na tentativa de equilibrar uma região com governos autocráticos e militaristas em um contexto de guerra fria com a ameaça do comunismo, a democracia foi utilizada como um “produto de exportação simbólico” e, em segundo lugar, o petróleo foi utilizado como uma ferramenta para ampliar os recursos e vínculos da Venezuela com o resto do mundo. O sócio natural da Venezuela durante este período foram os Estados Unidos - quando falamos de natural nos referimos ao fato de ser o principal parceiro econômico e sua relação estratégica na contenção do comunismo na América do Sul.

Chávez estabeleceu desde o ano 1999 um modelo que poderíamos definir como nova ordem política no contexto venezuelano, mudando as percepções em matéria de política externa e do cenário internacional, ao gerar um desmoronamento das visões tradicionais do sistema de consenso de elites, com a utilização de elementos como o multilateralismo e a integração regional sul-americana.

O período de 1958 até 1999, compreendido como o “Pacto de PuntoFijo”, se desenvolve na sua primeira

fase dentro da Guerra Fria e continua no estabelecimento da globalização; de acordo com Maria Teresa Romero, pode ser analisado a partir de duas visões no que se refere a sua política externa: a primeira estabelece que não existiu uma política de estado, já que “não teve prioridades hierarquizadas e tampouco uma clara definição do interesse nacional permanente do país” (Hardy apud Romero, 2002); a segunda visão acredita na existência dessa política exterior de estado, entendida como uma política pública, que teve uma relativa continuidade e uma coerência maior na sua formulação, execução e avaliação, começando no governo de Rómulo Betancourt (1959-1964) até o governo de Rafael Caldera (1994-1999), que antecedeu à eleição de Hugo Chávez.

Considera-se importante ressaltar uma série de características que definem o processo durante esses quarenta anos. Em primeiro lugar, o estabelecimento dentro da constituição de 1961:

da promoção e defesa da democracia representativa, a autodeterminação, a defesa da soberania e o princípio de não-intervenção, a integração, a solidariedade e a cooperação econômica internacional; a defesa dos preços e do mercado petrolífero (Romero, 2002).¹

Com a ascensão de Chávez à presidência, muda completamente o paradigma “PuntoFijista” ao ser implementado o modelo da democracia participativa ou *protagônica*. Em segundo lugar, as medidas executadas dentro da atuação internacional passaram a ser em função do “exercício de soberania e dos interesses do povo”, conforme é estabelecido nas Linhas Gerais do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (PSUV, 2007).

A segunda característica da política externa venezuelana nesse período se define pelas áreas temáticas que se desprendem da identidade da Venezuela como país colonial hispânico, o qual possui as seguintes características: “americano (nas suas dimensões latino-americana, caribenha e amazônica), ocidental, democrático, terceiro mundista, em desenvolvimento e petrolífero” (Romero, 2002). Chávez deixa estabelecido claramente quais seriam as zonas de interesse de seu governo independentemente

das identidades que o país possuía, notamos isso nas escolhas de Síria, Irã e Bielorrússia como áreas de interesse para o país, ainda que geográfica e estrategicamente não representassem uma zona fundamental.

Existe uma série de características da política externa durante o consenso de elites que se mantêm até hoje – uma delas refere-se à utilização do petróleo como uma ferramenta política. Na política implementada no governo Chávez, o petróleo tem sido utilizado com muito mais força para a difusão do seu modelo ideológico, pois a Venezuela tem recebido vultosas dívidas oriundas do petróleo, ao mesmo tempo em que as ações para a diversificação da sua política econômica têm sido maiores. Os governos do Pacto de PuntoFijo utilizaram “negociação, consenso e diálogo, assim como atitudes, na procura de conciliação, pluralismo e compromisso” (Romero, 2002); aspectos que se diferenciam no governo Chávez e denotam em uma posição de confronto constante com os Estados Unidos e com qualquer governo que expresse uma visão neoliberal e de livre mercado.

Uma última característica que define esse período de democracia pactuada, que encontra seu paralelismo com a “Revolução bolivariana”, se refere ao estilo aplicado pelo governo, que é “acentuadamente presidencialista, personalista, centralista, *protagônico*, populista e clientelista” (Urbaneja, 2007). Esse estilo basicamente se refere à utilização de uma imagem caudilhistas para estabelecer um vínculo forte com a sociedade venezuelana, que desde a época de Juan Vicente Gómez tem essa percepção no que se refere à representação do poder político. Nesse ínterim, casos pontuais podem ser observados, a exemplo dos governos de Carlos Andrés Pérez (1974-1979 e 1989-1993) e Rómulo Betancourt (1959-1964) que, ainda sendo democráticos, manifestavam essas características de líder carismático e populista.

Se analisarmos de forma aprofundada ambos os processos, compreendidos pela “Revolução Bolivariana” de Chávez e o “Puntofijismo”, encontraremos ideias em comum como foi mencionado anteriormente, ainda quando Chávez tentou desligar-se completamente do processo que o precedeu no que se refere à política externa. Ambas as concepções políticas possuem projetos ideológicos e têm como

¹ O texto na língua original: “de la promoción y defensa de la democracia representativa, la autodeterminación, la defensa de la soberanía y el principio de no-intervención, la integración, la solidaridad y la cooperación económica internacional”

objetivo a sua difusão dentro da região, e a nível internacional.

O governo de Rómulo Betancourt, que marcou o início do consenso entre as elites na Venezuela, estabeleceu um “Projeto Internacional Democrático” que possuiu características específicas que não tinham sido apresentadas por outro governo na região sul-americana. O projeto fundamentava-se na Democracia Social, tentando se afastar da situação de confronto mundial com foco no desenvolvimento e no progresso, calcado na participação da sociedade civil, ainda que nesse momento houvesse baixa adesão da população devido ao processo ditatorial e aos conflitos sociais com a evolução do sistema de elites.

De acordo com Romero (2002), podemos estabelecer três aspectos específicos no que se refere a este Projeto Internacional Democrático de Betancourt. Em primeiro lugar, a ideia de nacionalismo vinculado a uma imagem anti-imperialista que, ao situarmos a época, estava relacionado ao mundo bipolar dividido entre os Estados Unidos com o seu capitalismo liberal, e a ex-União Soviética com seu modelo socialista, no cenário da Guerra Fria. Essa proposta caminharia junto com uma noção de justiça social, bem comum internacional, e o papel da Venezuela nestes aspectos, assim como:

a defesa das matérias primas e das riquezas dos países sub-desenvolvidos e em vias de desenvolvimento frente aos interesses das companhias estrangeiras e o capital internacional; as políticas de não alinhamento, não intervenção, anti colonialismo, autonomia, terceiro-mundismo, nacionalização e internacionalização petrolera, proteccionismo comercial, integração econômica, entre as mais importantes. (Romero, 2002)².

Observa-se que muitos dos aspectos estão recuperados até certo ponto nas ideias apresentadas pelo projeto do Socialismo do Século XXI: o fato de ser um processo anti-imperialista, com características de confronto contra o capitalismo global, e também o fato de ser uma proposta que surgiu da esquerda, ainda que seja uma esquerda denominada como democrática, afastada dos regimes ditatoriais e comunistas.

² O texto na língua original: “la defensa de las materias primas y de las riquezas de los países subdesarrollados y en vías de desarrollo frente a los intereses de las compañías extranjeras y el capital internacional; las políticas de no-alineación, no intervención, anti colonialismo, autonomismo, tercermundismo, nacionalización e internacionalización petrolera, proteccionismo comercial, integración económica, entre las más importantes”.

Os dois últimos aspectos que definem o “Projeto Ideológico Democrático” são o americanismo e a democratização mundial. O americanismo se refere basicamente às ideias de integração regional que tiveram a sua origem no pensamento bolivariano e que impactaram profundamente a concepção de Betancourt. Nesse aspecto, fizeram-se grandes esforços pela integração a partir de diversos mecanismos, embora sendo o foco sempre econômico e comercial.

O processo de democratização regional e mundial teve uma grande influência na formulação da Doutrina Betancourt que se manteve após o seu governo. Ela se fundamentava na ideia do não reconhecimento de governos de fato que surgiram na América Latina e no Caribe como resultado da queda de um governo civil. A Venezuela basicamente defendeu essa doutrina tanto no âmbito das relações bilaterais e multilaterais, como dentro das diversas organizações internacionais das quais fazia parte. A Doutrina Betancourt se manteve até o ano de 1973, durante o governo de Rafael Caldera, quando se implementou a tese do “Pluralismo Ideológico” que restabeleceu as relações diplomáticas com governos diversos (entre eles, aqueles considerados como autoritários).

Tanto na etapa que antecedeu ao governo de Chávez quanto no seu último governo, tinha-se uma forma de executar a política exterior com similitudes, uma vez que o estilo podia ser definido como presidencialista; e presencial por meio da realização de viagens para reafirmar a participação venezuelana através das relações bilaterais, dos convênios de cooperação e outros. Considera-se que o Presidente Chávez tinha exercido esse estilo com mais força que os outros presidentes, reafirmando o ativismo internacional, que tem sido considerado por alguns autores como um “hiperativismo”.

De acordo com Carlos Romero (2006), foram estabelecidos tanto objetivos formais como objetivos reais durante o processo de conciliação das elites. Dentro da nossa análise, damos especial atenção aos reais, a saber: manter relações estáveis com os Estados Unidos (sendo o principal mercado dos produtos petroleros venezuelanos); conter a possibilidade de surgimento de autoritarismos e políticas não democráticas na América Latina e o Caribe; e, finalmente, preservar as fronteiras da Venezuela.

A falta de efetividade do golpe de 1992 fez com que Chávez procurasse uma via democrática para a instauração do seu projeto político. A eleição como presidente da Venezuela e seu estabelecimento no poder expressam a necessidade de transformação da Venezuela, pois a sociedade queria mudar a estrutura estabelecida pelo consenso de elites, que não tinha proporcionado melhorias sociais à população.

A chegada de Hugo Chávez ao governo não pode ser considerada como um fenômeno isolado da história política venezuelana, pois observamos diversos fatores que o vinculam não somente ao “Puntofijismo”, tais como: o culto a Bolívar, a expansão do poder político aos membros da sua família, utilização do petróleo como ferramenta política, práticas personalistas, entre outros elementos que devem ser levados em consideração.

Conclusão

Podemos dizer, a partir da nossa análise, que o governo de Chávez apresenta uma série de paralelismos com o “Puntofijismo” no que se refere ao modelo de execução das políticas. Logicamente, essas políticas são propostas com conteúdos radicalmente diferentes, mas a forma na qual tentam obter os objetivos dentro do cenário internacional são similares até certo ponto. Considera-se relevante o esclarecimento das políticas aplicadas dentro dessas duas fases da história política externa venezuelana,

com o objetivo de compreender o contexto no qual se geraram os processos de integração e, especificamente, a raiz do surgimento de uma iniciativa como a ALBA-TCP. Essa iniciativa sintetiza o direcionamento de política externa que o Presidente Chávez desejava desenvolver não só na região, mas a nível mundial, cujas características versariam sob um viés social, com base nos preceitos do Socialismo do Século XXI.

Deve ser avaliada de forma crítica o modelo praticado pelo presidente Chávez, que desde o começo foi apresentado como uma inovação no que se refere a implementação de políticas sociais, mas na hora de fazer o paralelo com outros governos venezuelanos que o precederam, ainda sendo estruturalmente diferentes, vemos similitudes. Claramente são momentos históricos e conjunturas distintas, mas deve-se levar em consideração a aplicação de vários elementos, tais como o nacionalismo, o petróleo como ferramenta de difusão da política externa, a alta participação da sociedade civil, o estado paternalista, a implementação de programas sociais e a forte oposição contra os Estados Unidos. O passado político da Venezuela é um fator determinante no tipo medidas tomadas na atualidade e nos modelos decorrentes ao longo do tempo, dentro dos quais temos o Socialismo do Século XXI, que, ainda mudando paradigmas de forma contundente, teve influencia de outros momentos na história política venezuelana.

Referências

- Ruiz, J. B. e Saraiva, M. G. (2010) ‘Las diferentes percepciones sobre la construcción del Mercosur en Argentina, Brasil y Venezuela’. *Foro Internacional*, v. L, 2010, pp. 35-62.
- Esteban, J.; Ray, D. (1994) *On the measurement of polarization, 1994*. Disponível em: [http://www.econ.brown.edu/fac/Glenn_Loury/louryhomepage/teaching/Ec%20237/Esteban%20and%20Ray%20\(Ecta%201994\).pdf](http://www.econ.brown.edu/fac/Glenn_Loury/louryhomepage/teaching/Ec%20237/Esteban%20and%20Ray%20(Ecta%201994).pdf). (Acesso em: 25 mar. 2010).
- Hardy, A. (2002) ‘Venezuela, democracia y política exterior’, in Romero, M. T. (comp.), *La política externa venezolana*. Caracas: Edit. El Nacional, pp. 15-20.
- PSUV (2007) Plan de desarrollo económico y Social de la Nación Simón Bolívar. Disponível em: <http://www.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2011/03/Proyecto-Nacional-Simón-Bol%C3%ADvar.pdf>
- Romero, C. (2006) *Jugando con el Globo, la política exterior de Hugo Chavez*. Caracas: Ediciones B.
- Romero, M. T. (2002) *La política externa venezolana*. Caracas: Edit. El Nacional, 2002.
- Urbaneja, D. (2007) *La política venezolana de 1958 hasta nuestros días*. Caracas: Universidad Católica de Venezuela.